

**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA****26.11.2018****PP nº 936/2018-60**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de 2018, às 15:15 horas, dia chuvoso, na escola do Projeto de Assentamento Loroty, município de Lago da Confusão, com a presença do Procurador da República, realizou-se Audiência Pública convocada pelo MPF, com a presença do NATURATINS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa da Confusão, Associação Sete Lagos do PA Loroty, INCRA, Prefeitura da Lagoa da Confusão, Polícia Civil – Delegacia em Lagoa da Confusão, Promotoria de Justiça de Cristalândia, Batalhão da Polícia Militar Ambiental, Polícia Militar, e assentados do Projeto de Assentamento, conforme lista de presença anexa, com a finalidade de discutir a regularização ambiental do PA Loroty e da Gleba Pântano de Cima, Regularização Fundiária, Infraestrutura e Segurança Pública. Ausentes: IBAMA, Juiz da Comarca de Cristalândia e Terra Legal/TO

Abertos os trabalhos às 15:15 horas, o Senhor Odilon chamou as autoridades presentes para a composição da mesa. Em seguida, o membro do Ministério Público Federal, Dr. Álvaro Lotufo Manzano, fez a leitura do Edital Convocatório e informou o objetivo da Audiência Pública, bem como as regras para a participação de todos durante a discussão dos temas.

O representante do NATURATINS informou que, quando tomou conhecimento do problema ambiental, esteve no Assentamento e informou que já havia dito aos assentados que deveriam preservar a APP, e que as demais áreas poderiam ser desmatadas com licenciamento ambiental.

O Secretário de Agricultura do município colocou a Prefeitura à disposição dos assentados.

O Promotor de Justiça, Dr. Gustavo, colocou o órgão à disposição e agradeceu o convite do MPF.

O Delegado de Polícia de LAGOA, Hismael, colocou-se à disposição dos assentados.

O Capitão da PM de Lagoa, Rudson, colou-se à disposição dos assentados.

O representante da BPMA se colou à disposição dos assentados e esclareceu que, para o desmatamento, é necessária a licença ambiental.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa da Confusão, Joel, relatou problemas de autuação de assentados por irregularidade

ambiental e colocou-se à disposição de todos os presentes. Disse que o INCRA nunca informou que os assentados deveriam respeitar a APP e precisaria de Licença Ambiental para desmatamento no assentamento. O INCRA não deixou APP para os assentados no assentamento.

Vereador de Lagoa da Confusão, Salustiano, ressaltou a importância da reunião para atendimento das demandas do assentamento. Há famílias no assentamento dependente de vistoria do INCRA para fins de regularização fundiária, já foram realizados o GEO e o CAR. Reclamou da situação das estradas para fins de escoar a produção no assentamento.

O Procurador da República sugeriu que seja firmado Termo de Compromisso para a regularização ambiental do licenciamento, com INCRA, IBAMA e NATURATINS.

O INCRA compareceu ao evento às 15:50 horas. Waltami, chefe da Unidade Avançada do INCRA de Gurupi, agradeceu o convite, e informou a dificuldade que o órgão está passando com a falta de servidores. Justificou o atraso pela chuva forte e condições da estrada.

Wagner, do INCRA, agradeceu o convite e fez breve histórico do Projeto de Assentamento.

Estela, do INCRA, Serviço do Meio Ambiente, colocou-se à disposição dos assentados e agradeceu pelo convite.

Bartolomeu, posseiro, informou que as casas foram construídas na APP, em 1997, pois era a única área que não alagava.

A presidente da Associação, Rejane, solicitou às autoridades a regularização fundiária e ambiental do assentamento. Pediu ao INCRA providências quanto aos assentados que estão “bloqueados” para fins de aposentadoria e Crédito Rural. Pediu assistência do INCRA. Relatou que as pessoas estão assustadas com notificações dos órgãos ambientais para regularização ambiental. Em relação à segurança pública, solicitou mais assistência ao assentamento, pois já começou crime de roubo, no local. Para o representante do prefeito, solicitou melhoria nas estradas.

Denito, assentado, informou da existência de problema com a regularização ambiental, pois os assentados estão sendo autuados pelo uso da terra. Reclamou da falta de informação por parte do INCRA, aos assentados, pois não sabiam da necessidade de licença para o desmatamento. Relatou a existência de multa lavrada em face de assentado, no valor de 120 mil reais.

Odilon solicitou a regularização fundiária das famílias e pediu regularização da água da Agrovila e a replantação do Posto da ADAPEC para

que possam contribuir e o Estado invista no assentamento. Informou que a própria associação fez a representação aos órgãos públicos para regularizar a reserva legal.

O presidente do sindicato, sobre a reserva legal, informou que tem pessoas cercando, retirando madeiras e muitas invadindo a área que deveria ser preservada.

O Procurador da República ressaltou a importância da audiência pública para que a comunidade discuta os problemas e busquem, em conjunto, a solução.

O Fiscal do NATURATINS, Jorge, informou que a situação ambiental é complexa e não é problema só deste assentamento. Os órgãos foram omissos e as pessoas, em algum momento, ao invadir a reserva legal, cometeram infrações ambientais.

Odilom relatou a dificuldade de atendimento à comunidade por parte da ENERGISA.

Assentado informou que as construções às margens dos rios foram edificadas, neste local, para facilitar a locomoção, pois o meio de transporte se dava por meio das águas.

Odilon informou a todos a necessidade de que a comunidade informe sobre a concordância de doação de área da vila para fins de construção dos viveiros. Sobre o PRA, relatou que os problemas foram apontados, mas as ações não foram executadas.

O Procurador da República sugeriu a utilização do PRA, e manifestou favorável sobre as construções, já edificadas, na APP, pois não havia outro local seguro para edificação das casas. Quanto à Reserva Legal, informou as dificuldades enfrentadas com a falta de regularização. Sugeriu que os assentados devem buscar liberação dos órgãos públicos, INCRA e governo, para que possam resolver os seus problemas por meio de outros mecanismos, por meio de organização da própria comunidade. Solicitou o envio de cópia do PRA ao MPF, para propositura de Termo de Compromisso Ambiental. Posteriormente à assinatura do Termo, informou que cada assentado assinará documento próprio de anuência ao termo firmado. Relatou que já solicitou cópia das multas ambientais ao IBAMA para fins de análise. A depender dessa análise, recomendará ao IBAMA a anulação dos autos quanto ao uso da APP. Posicionou-se favorável à regeneração natural da Reserva Legal. Advertiu a todos da proibição de construção de novas benfeitorias na APP, da ocupação da Reserva Legal e da necessidade de licenciamento para desmatamentos no Assentamento.

No que tange à situação ambiental, Estela, do INCRA solicitou aos assentados sugestões para a regularização ambiental do assentamento.

O presidente do sindicato sugeriu que seja realizado acompanhamento técnico para fins de regeneração natural de local do desmatamento em desacordo com as leis ambientais. Solicitou a todos que busquem o licenciamento para fins de desmatamento nas propriedades de forma individualizada.

Representante do BPMA ressaltou que os moradores são os maiores fiscalizadores do assentamento. Colocou o órgão à disposição e informou o número para denúncias de cometimento de ilícitos.

Sobre a Segurança Pública, o comandante da PM, Rudson, informou que a instituição tem o posto construído no local, mas, devido falta de efetivo, não há policias no Assentamento. Comprometeu-se a fazer visitas com mais frequência ao assentamento, mas, no momento, não há como deixar policiais fixos no local. Em caso de eventos, a comunidade pode fazer solicitação à PM para que faça comparecer ao local.

O Delegado de Polícia ressaltou a importância de que as pessoas façam as devidas denúncias para que possam ajudar. Informou que fará atendimento itinerante no assentamento, ao menos a cada 60 dias.

Quanto à estrada, o representante do município informou que não há como fazer o reparo com frequência e que, boa parte delas, é de responsabilidade do Estado.

Odilon sugeriu que seja formada uma comissão de assentados para cobrar do Estado benfeitorias da estrada em Palmas.

O representante do INCRA, Wagner, relatou que o órgão encontra-se aguardando autorização para deslocamento dos servidores fazerem a devida vistoria para fins de regularização fundiária das famílias. Quanto às construções, o INCRA informou que os assentados foram orientados a fazerem suas casas na agrovila e não na APP. Disse ainda que o INCRA fez várias oficinas com Ruraltins para fins de conscientização dos assentados em preservar a Reserva Legal.

O Promotor de Justiça agradeceu, mais uma, vez o convite e colocou-se à disposição de todos presentes e informou que recebeu notificações por ilicitude ambiental no Assentamento.

Nada mais havendo a discutir, foram definidos os seguintes encaminhamentos:

- 1- O MPF requisitará vistoria do INCRA no assentamento para fins de regularização fundiária;
- 2- A Polícia Militar fará visitas ao assentamento com maior frequência e a Polícia civil fará atendimento itinerante na comunidade.

A Audiência Pública foi declarada encerrada pelo Procurador da República às 17:40 horas.

**Álvaro Lotufo Manzano**

*Procurador da República*

**Ailk de Souza Pinheiro**

*Assessor de Gabinete*

*Mat. 17654-1*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-TO-00027492/2018 ATA nº 117-2018**

.....  
Signatário(a): **ALVARO LOTUFO MANZANO**

Data e Hora: **30/11/2018 12:39:34**

Assinado com certificado digital

.....  
Signatário(a): **AILK DE SOUZA PINHEIRO**

Data e Hora: **30/11/2018 12:37:45**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CE6F71EF.D97FCCEA.52B07778.C870D80E